TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano VI – nº 54 – Julho de 2006



BRENO LAPROVITERA

RITMO DE TRABALHO INTENSO NO 1º SEMESTRE

O primeiro semestre de 2006 foi de muita produção legislativa na Assembléia. Durante o período, a Casa analisou 1.311 proposições principais, entre projetos de lei ordinária, complementar e de resolução, indicações, requerimentos, além de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Desse total, 1.212 matérias foram aprovadas. O presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), fez um balanço positivo das atividades parlamentares.

Páginas 4 e 5

Comissão aponta ações para o ECA

RINALDO MARQUES



A Comissão Especial que analisou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) concluiu os trabalhos. Colegiado apontou falhas e propôs ações para melhoria do atendimento a jovens.

Página 3

Forró no Segunda Cultural

FERNANDO SILVA



A edição de junho do Projeto Segunda Cultural apresentou Patrícia Cruz, a Banda Fim de Feira (foto) e Hildebrando Marques e Forró Xamego do Amor.

Página 8

EDITORIAL

Projetos considerados importantes para o crescimento do Estado, como o que define o sistema de tributação do ICMS relativo às operações da refinaria de petróleo de Suape, foram algumas das propostas aprovadas durante o primeiro semestre do ano na Assembléia Legislativa.

Os números não deixam dúvidas de que a atividade parlamentar foi intensa. De 1.311 proposições - entre indicações, projetos de lei complementar, projetos de lei ordinária, projetos de resolução, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e requerimentos -, 1.212 foram aprovadas pelo Plenário da Casa Joaquim Nabuco.

A Alepe também deu uma colaboração importante para o cumprimento das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Comissão Especial que analisou o ECA em Pernambuco apresentou, no mês passado, o relatório de atividades.

Durante mais de um ano de funcionamento, o colegiado promoveu amplos debates com a sociedade sobre os problemas enfrentados pelos gestores responsáveis pela aplicação da lei. O Estatuto completou 16 anos de existência, mas ainda recebe críticas por ser considerado permissivo e ineficaz na punição de jovens infratores.

Uma das demandas da sociedade com relação ao ECA é a instalação de Conselhos Tutelares em todos os municípios do Estado. Sem essas unidades, não é possível zelar pelos direitos da criança e do adolescente, como prevê o Estatuto.

Com o relatório da Comissão Especial, a Assembléia Legislativa de Pernambuco está contribuindo para o incremento das políticas públicas voltadas à juventude. Um trabalho em prol da sociedade.

ARTIGO

CONHECIMENTO, A NOVA ORDEM HUMANA

*Geraldo Coelho **

Nunca, na história da humanidade, o valor do conhecimento tornou-se tão necessário quanto vital. Saber é poder. Conhecer é sobreviver. Os homens passam a valer pelo que sabem . Os empregos são definidos para os que têm conhecimento. Os que têm a plena consciência da qualificação e requalificação constante.

É imperativo e inadiável que os governantes estejam, enfim, convictos e éticos e que seja empreendida, do Oiapoque ao Chuí, uma política educacional que leve os cidadãos a perceberem a necessidade e a urgência de estudar.

Partimos do princípio de que, no atual estágio da revolução técnico-científica que atravessa a humanidade, uma população com alto nível de conhecimento é condição absolutamente necessária para o avanço do progresso econômico e para a manutenção da própria sobrevivência e independência do Brasil.

Urge que sejam desenvolvidos programas e campanhas que possam desencadear algo que está abafado na grande maioria dos brasileiros, que é o interesse pelo conhecimento, especialmente o conhecimento profundo e sistemático.

É preciso que Governo e povo percebam com clareza o significado dessa nova ordem humana. O porquê e a serviço de quem os esforços vão ser desprendidos.

FERNANDO SILVA



É mais do que necessário, definitivamente, criar, reativar e manter vivo o desejo de interferir com audácia, energia e determinação no processo de educação de uma realidade nova e, sobretudo, o sonho de construir um brasileiro de tipo novo, ainda mais companheiro e solidário.

Esse novo brasileiro que emergirá de nós próprios - se assim o desejarmos - terá uma educação integral, em que as potencialidades de cada um serão desenvolvidas plenamente a serviço do bem-estar de todos e de cada um.

Esse novo brasileiro vai conhecer o prazer de estudar e vencer, ao contrário do que o analfabetismo e a desqualificação anulam. O conhecimento será um prazer mil vezes superior ao prazer material e ao poder de ter.

Graças a Deus, no novo milênio, o homem é um meio e o conhecimento, um fim. Há um entendimento de que a vida humana só pode atingir um significado pleno, quando existe uma correspondência harmoniosa entre o processo técnico-científico e o processo social.

Conhecimento - a nova ordem humana. O acesso ao saber deve ser instaurado, deve ser buscado, deve ser permitido de modo que educadores e educandos, interagindo uns com os outros e com os governantes, teçam uma nova era e uma civilização com os fios ainda indizíveis do sol da cidadania e da justiça.

Deputado estadual pelo PFL

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias. **1ºVice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca. **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel. **1º Secretário**, Deputado João Negromonte. **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa. **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite. **4ª Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Assistente de Comunicação Social:** Christianne Alcântara. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Cláudia Lucena e Renata Rodrigues. **Estagiários:** Bruno Lins, Diego Gouveia e Isabelle Barros. **Revisão:** Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Gerência de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Silva, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Rua da União, 439 - Anexo V - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

EXCELÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

MOISÉS BARBOSA



A implantação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) na Alepe vai entrar em uma nova fase, a partir do mês de agosto, com o Treinamento de Excelência no Serviço Público. A capacitação, que deverá envolver 18 turmas de servidores, dá continuidade à Oficina de Formação de Multiplicadores. De acordo com Cecília Soares, da Assessoria de Gestão e Excelência no Serviço Público (Agesp), o objetivo do curso é sensibilizar os funcionários da Assembléia para implementação do modelo. "A Gespública pretende aprimorar os serviços da Casa, levando qualidade ao atendimento, em conformidade com os padrões do sistema de qualidade, além de desenvolver o potencial dos profissionais em benefício da sociedade", explicou. O treinamento, com duração de cinco dias, começa com a sensibilização dos participantes para a melhoria do sistema administrativo da Assembléia. Nos encontros seguintes, serão apresentados ao grupo conceitos como Critérios de Excelência, Liderança, Ferramentas de Qualidade e Método de Análise e Soluções de Problemas (Masp). "Por meio desses conteúdos, levaremos para os servidores conhecimentos sobre os fundamentos da excelência, a necessidade de gerenciamento dentro dos setores, os instrumentos de qualidade e a solução de dificuldades", esclareceu.

LEGISLAÇÃO

FERNANDO SILVA



Colegiado da Alepe analisou Estatuto da Criança e do Adolescente, apontou falhas e sugeriu medidas para melhorar as políticas de atenção à juventude

COMISSÃO ESPECIAL PROPÕE CUMPRIMENTO DO ESTATUTO

Apesar de ser considerada internacionalmente uma das leis mais avançadas do mundo em relação à proteção da juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completa16 anos, ainda é desconhecido para boa parte dos gestores responsáveis pela sua aplicação. A conclusão é da Comissão Especial da Assembléia Legislativa que analisou o ECA em Pernambuco. De acordo com o texto apresentado pela relatora, deputada Teresa Leitão (PT), existe no Estado cerca de 1,5 milhão de crianças e adolescentes necessitando de garantias legais.

Presidido pelo deputado Betinho Gomes (PPS), o colegiado realizou diversas reuniões públicas com autoridades políticas, institucionais e sociais ligadas ao assunto. "Temos a oportunidade de oferecer um documento que aponta falhas na aplicação do Estatuto, mas que também mostra avanços na fase de implantação. O relatório poderá sensibilizar e nortear as ações do Poder Judiciário e do Ministério Público", considerou Betinho.

No relatório final, apresentado em junho, o colegiado identificou pontos críticos na política de atenção a crianças e adolescentes, em particular aos que se encontram em situação de risco pessoal e social, e sugeriu medidas que possam melhorar o atendimento. "Esse trabalho não se encerra em si mesmo, mas pretende ser um instrumento que faça parte da agenda política do poder público, sobretudo, da pauta do Poder Executivo", frisou Teresa.

Entre as propostas apresentadas, estão o investimento na capacitação dos conselheiros e na infra-estrutura dos Conselhos Tutelares; treinamento específico de educadores sobre o ECA; solicitação ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para que sejam firmados Termos de Ajustamento de Conduta com os municípios onde os Conselhos não tenham condições necessárias de funcionamento; e a promoção, por parte do Poder Judiciário, de melhorias das condições estruturais da Vara dos Crimes contra Crianças e Adolescente.

"As dificuldades são muitas e a sua imperiosa superação não deve ser tratada com paliativos ou mecanismos de simples ajustes", destacou o relatório. O desconhecimento da lei e/ou a sua leitura distorcida foi a queixa mais constante entre os participantes dos encontros. Segundo eles, muitos acreditam que a Lei nº 8.069/90, que criou o Estatuto, é permissiva e favorece a criminalidade.

Além de conselheiros tutelares da Região Metropolitana do Recife (RMR), da Zona da Mata e do Agreste, também participaram das reuniões representantes da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes, Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), entre outras organizações.

INTEGRANTES

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO BETINHO GOMES	PPS - PRESIDENTE
DEPUTADA TERESA LEITÃO	PT- RELATORA
DEPUTADA ANA CAVALCANTI	PP
DEPUTADA JACILDA URQUISA	PMDB
DEPUTADA CARLA LAPA	PSB
SUPLENTES	**PARTIDO**
DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO	PT
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS	PSC
DEPUTADO SOLDADO MOISÉS	PSB
DEPUTADO LOURIVAL SIMÕES	PV
DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL	PSDB

SAIBA MAIS:

♦ **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) -** Formado por igual número de representantes do Governo e de organizações da sociedade civil, é responsável pela formulação de políticas públicas e pela decisão sobre a aplicação de recursos destinados ao cumprimento do ECA.

♦ **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente -** Garante a promoção e a defesa dos direitos da população infanto-juvenil do Estado. Cabe a seus integrantes acompanhar e avaliar programas socioeducativos e de proteção integral.

♦ **Conselho Tutelar -** Órgão colegiado, autônomo, não-jurisdicional, composto de membros escolhidos pela sociedade para fiscalizar e zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes. Os conselheiros tutelares só atuam em nível municipal. São órgãos responsáveis pelo atendimento direto e pela solicitação de serviços à comunidade, além da fiscalização das entidades nas políticas de atenção a esses jovens.

♦ **Vara da Infância e da Juventude -** É composta de juízes especializados na área da infância e adolescência que, em conjunto com uma equipe técnica, realizam estudos e pesquisas, acompanham o cumprimento das leis e das medidas de proteção, promovem o entrosamento dos serviços do juizado com os Conselhos Tutelares e acompanham a execução das medidas socioeducativas.

♦ **Fundo para a Infância e Adolescência -** São contas bancárias administradas pelos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Seus recursos são destinados à implementação de programas de atendimento e ações voltadas para a defesa dos direitos desses jovens.

Fonte: Relatório da Comissão Especial do ECA

PARLAMENTO

LEGISLATIVO APROVA 1.21

Um semestre de muita produção. Assim, o presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, deputado Romário Dias (PFL), definiu a atuação parlamentar nos primeiros seis meses deste ano. De acordo com o pefelista, os deputados analisaram diversas matérias que trataram de temas relevantes para o desenvolvimento do Estado. "A aprovação do Projeto de Lei nº 1341/06, de autoria do Executivo, que instituiu o sistema de tributação do ICMS relativo às operações da refinaria de petróleo de Suape, foi uma grande contribuição do Parlamento para o crescimento econômico local", avaliou.

De acordo com o relatório estatístico das atividades do Poder Legislativo Estadual, elaborado pela Assistência Legislativa, a Casa analisou 1.311 proposições principais, entre projetos de lei ordinária, complementar e de resolução, indicações, requerimentos, além de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Do total, 1.212 matérias foram aprovadas; sete acatadas com alterações; três rejeitadas; quatro retiradas de pauta; quatro tiveram os respectivos substitutivos aprovados; e 70 continuam em tramitação.

Quando à autoria das propostas, os parlamentares apresentaram 38, a Mesa Diretora 11; a Comissão de Finanças, uma; o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), duas; o Poder Executivo, 87; o Judiciário, duas; e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), três. As proposições acessórias, que compreendem pareceres, emendas aditivas, supressivas, modificativas, substitutivas e de redação, além de subemendas e substitutivos, somaram 569.

O presidente da Casa ainda destacou o esforço da Mesa Diretora para aperfeiçoar o trabalho interno, como a melhoria do sistema de informatização dos setores e gabinetes parlamentares, da comunicação social e a reforma do Plenário, garantindo a conservação das instalações físicas de um importante monumento histórico do Estado, o Palácio Joaquim Nabuco. "A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extinguiu o pagamento de salários extras (jetom) nos períodos de convocação extraordinária e reduziu de 90 para 60 dias o recesso parlamentar, foi outra medida relevante que aprovamos." Romário também afirmou que as eleições que se aproximam "não prejudicarão o andamento dos trabalhos legislativos, pois os deputados estão preparados para atuar no período".

FERNANDO SILVA



Entre as matérias de destaque aprovadas pelo Plenário, está a PEC que reduziu o recesso e extinguiu o jetom

BALANÇO DAS ATIVIDADES

Total de proposições apresentadas	-	1.311
Aprovadas	-	1.212
Rejeitadas	-	3
Retiradas de pauta	-	4
Total de emendas, pareceres, substitutivoS e subemendas	-	569
Projetos apresentados pelos deputados	-	38
Projetos apresentados pela Mesa Diretora	-	11
Projetos apresentados pelo Executivo	-	87
Projetos apresentados pelo Judiciário	-	2
Projetos apresentados pelo Tribunal de Contas	-	3
Projetos apresentados pelo Ministério Público	-	2

Fonte: Assistência Legislativa da Alepe

FERNANDO SILVA



Romário Dias considerou período muito produtivo

BRENO LAPROVITERA



Negromonte ressaltou atividades administrativas

ADMINISTRAÇÃO - Na avaliação do primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), a Escola do Legislativo (Elepe) tem exercido um papel de destaque, oferecendo diversos cursos de capacitação para os servidores. Ele ainda ressaltou que a Superintendência Geral está preparando os funcionários para o Modelo de Excelência em Gestão Pública, do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).

Entre os projetos previstos para o segundo semestre, está o lançamento do livro sobre o Palácio Joaquim Nabuco, que ganhará uma nova edição revista e atualizada. Negromonte salientou que a obra resgata a história do prédio e episódios da época de sua inauguração, no século XIX.

2 MATÉRIAS NO SEMESTRE

Atuação das Comissões

RINALDO MARQUES



▶ JUSTIÇA

Projetos que tratam do sistema de tributação do ICMS relativo à refinaria de petróleo, da criação da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (Apevisa), entre outros, foram algumas matérias aprovadas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Alepe no primeiro semestre. O colegiado recebeu 177 proposições, das quais 121 foram projetos de lei. Desses, 119 foram analisados e 77 aprovados. Entre os de destaque, está o de nº 1279/06, de autoria do Poder Executivo, que cria na estrutura administrativa da Polícia Civil o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa. De acordo com o presidente da Comissão, deputado Bruno Rodrigues (PSDB), "a participação do colegiado foi efetiva para a democracia no Estado e para que o poder público trabalhasse trazendo benefícios para a população".

MOISÉS BARBOSA



▶ FINANÇAS

Projetos de autoria do Poder Executivo, Legislativo e do Tribunal de Contas do estado (TCE) foram analisados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Assembléia no primeiro semestre. Das 77 proposições submetidas à apreciação do colegiado, 73 foram aprovadas, sendo 59 do Poder Executivo, 17 do Legislativo e uma TCE. Assuntos como abertura de crédito, cultura, comércio e defesa sanitária foram abordados nas matérias. Entre os projetos aprovados, está o de n º 1309/06, de autoria do Poder Executivo, que cria a Secretaria de Turismo (Setur). O presidente da Comissão, deputado Sebastião Rufino (PFL), ressaltou que o colegiado contribuiu para a aprovação de propostas importantes para o Estado. "Foi um semestre bastante proveitoso para a Casa Joaquim Nabuco e os parlamentares", destacou.

RINALDO MARQUES



▶ ADMINISTRAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2006, 195 projetos de lei tramitaram pela Comissão de Administração Pública da Alepe. Desse total, 119 foram apreciados e 89 aprovados. Entre as propostas de destaque, está de nº 1324/06, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Governo a conceder auxílio financeiro de até R$ 2,6 milhões à Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC) - Hospital de Câncer de Pernambuco. O presidente do colegiado, deputado José Queiroz (PDT), observou que "a instituição presta relevantes serviços à população, por isso foi importante a aprovação da matéria". O parlamentar salientou que o primeiro semestre da Comissão foi de muito trabalho. "Tivemos a presença assídua dos membros, contribuindo efetivamente com o processo legislativo."

SÉRIE COMISSÕES PERMANENTES

COLEGIADO ACOMPANHA INVESTIMENTOS NA SAÚDE

Visitas a hospitais, acompanhamento dos gastos na saúde e análise de proposições referentes à prestação de serviços sanitários em Pernambuco são algumas das atribuições da Comissão de Saúde da Alepe. Ao 8º colegiado permanente da Casa cabe opinar, no mérito, sobre matérias relacionadas à saúde pública, defesa e educação sanitária. O trabalho do grupo será intensificado no próximo semestre.

De fevereiro a junho deste ano, o colegiado recebeu 21 projetos de lei. Nove estão em análise e 12 receberam parecer. Os destaques foram a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores estaduais da saúde, a autorização de repasse de recursos para o Hospital de Câncer e a criação da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (Apevisa). O presidente da Comissão, deputado Maviael Cavalcanti (PFL), ressaltou, entre os projetos em tramitação, a iniciativa de regulamentar a produção de queijo artesanal. "Se esse alimento for produzido sem os cuidados necessários, pode ser contaminado e levar doenças aos consumidores", explicou.

Maviael também salientou que o colegiado tem atuação fundamental na defesa dos direitos da população na área de saúde. "A Comissão procura verificar, junto aos Governos do Estado e Federal, onde se pode levantar recursos para o setor", exemplificou.

RINALDO MARQUES



Integrantes do grupo verificaram condições de hospitais públicos do Estado

O vice-presidente do colegiado, deputado Nélson Pereira (PCdoB), reiterou a importância dos debates sobre o tema e afirmou a intenção de reforçar as atividades previstas para o segundo semestre. "Prosseguiremos na construção de uma agenda positiva, renovando as visitas a hospitais e cobrando ao Governo do Estado ações concretas em defesa da saúde, tanto na atenção básica como em procedimentos efetuados nas UTIs, que são de alta complexidade", declarou.

INTEGRANTES

TITULARES:	PARTIDO
DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI	PFL - PRESIDENTE
DEPUTADO NÉLSON PEREIRA	PCdoB- VICE-PRESIDENTE
DEPUTADO ADELMO DUARTE	PFL
DEPUTADA ANA CAVALCANTI	PP
DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO	PT

SUPLENTES	PARTIDO
DEPUTADO ELIAS LIRA	PFL
DEPUTADO ROBERTO LIBERATO	PFL
DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS	PTB
DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO	PTB
DEPUTADO ROBERTO LEANDRO	PT

PERSONAGEM DA ALEPE

SEGURANÇA RAMOS TEM PAIXÃO PELO FUTEBOL

A paixão pelo futebol é um dos *hobbies* do servidor Severino Ramos da Silva, 44 anos. Ramos, agente de segurança da Alepe, costuma praticar o esporte nos finais de semana. "O futebol sempre foi uma paixão. Jogo há muito tempo. Nas horas vagas, não tem coisa melhor do que bater uma bolinha para esquecer o estresse do trabalho", admitiu. O funcionário também exerce o cargo de diretor de Esportes da Associação dos Funcionários Aposentados da Assembléia Legislativa (Afalepe), onde coordena uma pelada que ocorre semanalmente, às sextas-feiras, no Círculo Militar.

Ramos trabalha na Casa desde 1984 e sua primeira função foi a de auxiliar de serviços gerais. Entre 1997 e 2001, ele exerceu a chefia da Segurança da Alepe. "A época que mais me marcou foi quando a CPI do Narcotráfico e da Pistolagem esteve em Pernambuco", ressaltou. As viagens que fez pelo Interior, coordenando a segurança dos deputados durante o trabalho da CPI, também são lembradas. "Viajávamos de madrugada, com um comboio enorme. Foram momentos tensos, com a polícia fazendo várias prisões", recordou. Segundo o funcionário, o trabalho na Assembléia é intenso e gratificante."Trabalhamos muito, inclusive nos finais de semana, mas a experiência adquirida vale à pena", salientou.

O recifense de hábitos simples, que atua no Plenário e no estacionamento do Anexo II, é otimista quando perguntado sobre a campanha do seu time de coração, o Santa Cruz - que, atualmente, ocupa a lanterna da Série A do Campeonato Brasileiro. "Ainda há muitos jogos pela frente e a tendência é que os times que estão por baixo na tabela subam na competição", projetou, confiante.

MOISÉS BARBOSA



Na Assembléia Legislativa há mais de 20 anos, servidor atua no Plenário

ARQUIVO

SEMINÁRIO ORIENTA SOBRE MANUSEIO CORRETO DE DOCUMENTOS

Objetos de uso comum nas rotinas administrativas, como grampos, clipes e cola branca não são artigos bem-vindos nos arquivos. Com o passar do tempo, eles enferrujam e mancham, reduzindo a vida útil de documentos. Com o objetivo de ensinar e conscientizar funcionários dos setores da Casa sobre as formas corretas de manuseio e de guarda de documentos, a Gerência de Arquivo da Assembléia Legislativa realizou o Seminário Excelência na Gestão Documental.

No encontro, superintendentes, assistentes e demais servidores analisaram questões como a importância de acondicionar bem os documentos e a racionalização de material e de espaço físico. De acordo com a gerente de Arquivo e presidente da Comissão de Avaliação de Documentos da Casa, Cynthia Barreto, "os documentos, principalmente os produzidos pela Casa, precisam ser tratados de forma especial". "Cerca de 80% deles são de arquivo permanente e não podem ser manchados, dobrados ou grampeados porque, no futuro, terão sua sobrevida diminuída", afirmou.

SAIBA MAIS

♦ Não manter documentos dobrados ou enrolados - ao longo do tempo cria-se uma linha de fragilidade nas fibras do papel ocasionando a ruptura da área a médio prazo.

♦ Não utilizar fitas adesivas tipo durex ou crepe e cola branca (PVA). Esses materiais possuem alta acidez e provocam manchas irreversíveis quando aplicados.

♦ Não utilizar grampos e clipes metálicos. Esses objetos enferrujam com o tempo, deixando manchas marrons, oxidando o papel e causando o rompimento das fibras e rasgos.

♦ Não encostar as estantes de arquivos nas paredes, para evitar que a umidade presente nas paredes seja transmitida aos volumes.

♦ Evitar excessos de tintas nos carimbos.

♦ Não dobrar os documentos no ato do despacho, pois os vincos dificilmente desaparecem do papel.

♦ Evitar o uso de elásticos de látex para envolver documentos ou livros, pois a ação do tempo transforma-os em uma goma pegajosa. Os elásticos devem ser substituídos por cadarço de algodão.

Fonte: Apostila do Seminário Excelência na Gestão Documental

Cynthia alertou, ainda, sobre o uso excessivo de carimbos e sobre o hábito de dobrar os papéis. "Esses vincos são permanentes e o uso de carimbos mascara a informação contida no documento. Se há a necessidade do carimbo, é preciso que ele seja colocado num local onde não há informações. A utilização de uma folha de despacho também deve ser observada, principalmente em documentos como atas, projetos e requerimentos, que já nascem permanentes", alertou.

As dicas repassadas no seminário já estão produzindo mudanças no dia-a-dia da Casa. Na Assistência Legislativa, por exemplo, os funcionários Adriana Moraes e Rômulo Moura, que participaram da primeira turma, modificaram a rotina do setor. Carimbos e dobras nos documentos foram abolidos com a criação e adoção de uma folha de despacho. A folha foi criada por Adriana. "Com isso, preservamos os documentos originais e o processo fica mais organizado e limpo", apontou ela.

Rômulo frisou, no entanto, a importância de modificar a cultura dos servidores. "É preciso trabalhar a cultura da organização junto a todos os funcionários para que esses cuidados sejam adotados definitivamente e não esquecidos com o passar do tempo", salientou.

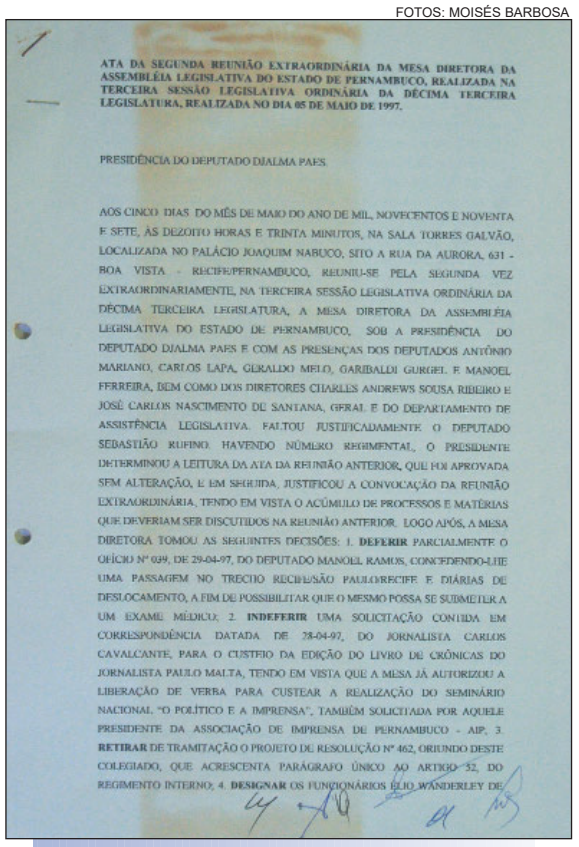
A secretária da Assistência de Comunicação, Malu Nunes, também foi uma das participantes do curso. Para ela, as dicas repassadas complementarão os cuidados que já tem com os arquivos do setor. "Achei o curso muito interessante, foram dadas dicas importantes que serviram para aprimorar o trabalho realizado pela Assistência", afirmou.

Economia - Dentro do trabalho realizado pela Comissão de Avaliação de Documentos, a gerente de Recepção, Protocolo e Atendimento (GRPA) da Alepe, Marlene Guedes, que integra o grupo, promoveu mudanças no sistema de renovação de assinaturas de jornais. Com a modificação, a Gerência está fazendo uma economia de R$ 8 mil por ano na renovação de dez assinaturas de jornais da Região Sudeste e Centro-Oeste.

Segundo Marlene, antigamente a compra era intermediada por uma distribuidora. "Atualmente, a assinatura é feita diretamente com o departamento comercial dos jornais. Em apenas um contrato, conseguimos R$ 723,00 de desconto", explicou.

Dos cinco jornais assinados pela Casa, apenas um não realiza distribuição direta em Pernambuco. A gerente da GRPA acredita que essa iniciativa pode contribuir com a redução de gastos em outros departamentos. "Cada setor pode analisar em que pode economizar e implementar mecanismos para contenção de despesas", avaliou.

FOTOS: MOISÉS BARBOSA

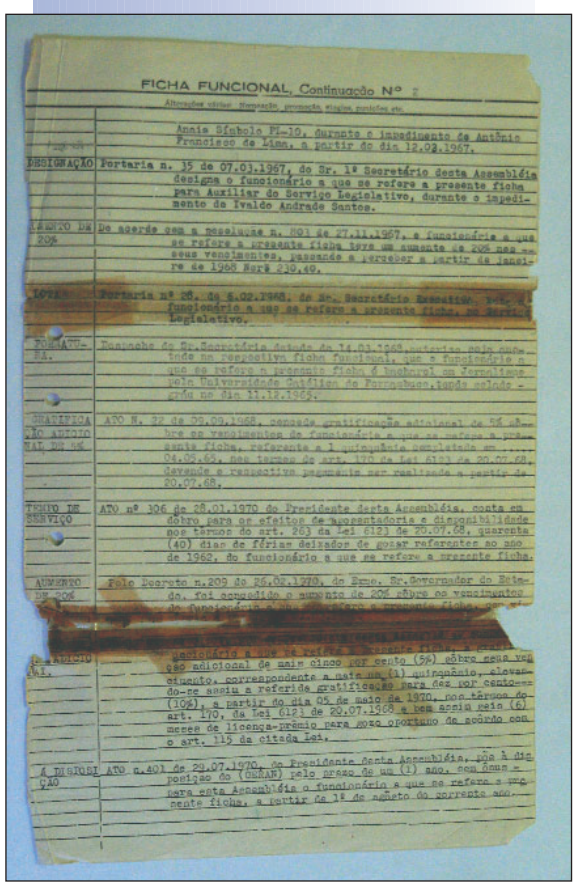


ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, REALIZADA NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 1997.

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO DJALMA PAES.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SETE, ÀS DEZOITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA TORRES GALVÃO, LOCALIZADA NO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, SITO A RUA DA AURORA, 631 - BOA VISTA - RECIFE/PERNAMBUCO, REUNIU-SE PELA SEGUNDA VEZ EXTRAORDINARIAMENTE, NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA, A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO DJALMA PAES E COM AS PRESENÇAS DOS DEPUTADOS ANTÔNIO MARIANO, CARLOS LAPA, GERALDO MELO, GARIBALDI GURGEL F. MANOEL FERREIRA, BEM COMO DOS DIRETORES CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO E JOSÉ CARLOS NASCIMENTO DE SANTANA, GERAL E DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA. FALTOU JUSTIFICADAMENTE O DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, O PRESIDENTE DETERMINOU A LEITURA DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, QUE FOI APROVADA SEM ALTERAÇÃO, E EM SEGUIDA, JUSTIFICOU A CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, TENDO EM VISTA O ACÚMULO DE PROCESSOS E MATÉRIAS QUE DEVERIAM SER DISCUTIDOS NA REUNIÃO ANTERIOR. LOGO APÓS, A MESA DIRETORA TOMOU AS SEGUINTES DECISÕES: 1. **DEFERIR** PARCIALMENTE O OFÍCIO Nº 039, DE 29-04-97, DO DEPUTADO MANOEL RAMOS, CONCEDENDO-LHE UMA PASSAGEM NO TRECHO RECIFE/SÃO PAULO/RECIFE E DIÁRIAS DE DESLOCAMENTO, A FIM DE POSSIBILITAR QUE O MESMO POSSA SE SUBMETER A UM EXAME MÉDICO; 2. **INDEFERIR** UMA SOLICITAÇÃO CONTIDA EM CORRESPONDÊNCIA DATADA DE 28-04-97, DO JORNALISTA CARLOS CAVALCANTE, PARA O CUSTEIO DA EDIÇÃO DO LIVRO DE CRÔNICAS DO JORNALISTA PAULO MALTA, TENDO EM VISTA QUE A MESA JÁ AUTORIZOU A LIBERAÇÃO DE VERBA PARA CUSTEAR A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO NACIONAL "O POLÍTICO E A IMPRENSA", TAMBÉM SOLICITADA POR AQUELE PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE IMPRENSA DE PERNAMBUCO - AIP; 3. **RETIRAR** DE TRAMITAÇÃO O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 462, ORIUNDO DESTE COLEGIADO, QUE ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 32, DO REGIMENTO INTERNO; 4. **DESIGNAR** OS FUNCIONÁRIOS ÉLIO WANDERLEY DE

O uso de fitas como durex e de grampos metálicos provoca manchas irreversíveis nos papéis



FICHA FUNCIONAL, Continuação Nº 2

Annie Sibulo Fi-10, durante o impedimento de Antônio Francisco de Lima, a partir de dia 12.02.1967.

DESIGNAÇÃO — Portaria n. 35 de 07.01.1967, do Sr. 1º Secretário desta Assembléia designa o funcionário a que se refere a presente ficha para Auxiliar do Serviço Legislativo, durante o impedimento de Ivaldo Andrade Santos.

AUMENTO DE 20% — De acordo com a resolução n. 801 de 27.11.1967, a funcionária a que se refere a presente ficha teve um aumento de 20% nos seus vencimentos, passando a perceber a partir de janeiro de 1968 Ncr$ 210.49.

LOTAÇÃO — Portaria nº 26, de 5.02.1968, do Sr. Secretário Executivo [illegible] funcionário a que se refere a presente ficha, no Serviço Legislativo.

POSSE E EX. — Termo de Posse datado de 14.01.1968 [illegible] onde se [illegible] ficha funcional, que a funcionária a que se refere a presente ficha é bacharel em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco, tendo colado - grau no dia 11.12.1965.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL DE 5% — ATO N. 32 de 09.09.1968, concede gratificação adicional de 5% sobre os vencimentos do funcionário a que se refere a presente ficha, referente a 1 quinquênio completado em 04.02.63, nos termos do art. 170 da Lei 6123 de 20.07.68. Devendo a respectiva gratificação ser realizada a partir de 20.07.68.

TEMPO DE SERVIÇO — ATO nº 306 de 28.01.1970 do Presidente desta Assembléia, conta em dôbro para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade nos têrmos do art. 263 da Lei 6123 de 20.07.68, quarenta (40) dias de férias deixados de gozar referentes ao ano de 1962, do funcionário a que se refere a presente ficha.

AUMENTO DE 20% — Pelo Decreto n.209 de 26.02.1970, do Exmo. Sr.Governador do Estado, foi concedido o aumento de 20% sôbre os vencimentos do funcionário a que se refere a presente ficha, com [illegible]

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL — [illegible] funcionário a que se refere a presente ficha, a gratificação adicional de mais cinco por cento (5%) sôbre seu vencimento, correspondente a mais um (1) quinquênio, elevando-se assim a referida gratificação para dez por cento (10%), a partir do dia 05 de maio de 1970, nos têrmos do art. 170, da Lei 6123 de 20.07.1968 e ten assim seis (6) meses de licença-prêmio para gozo oportuno de acôrdo com o art. 115 da citada Lei.

A DISPOSIÇÃO — ATO n.401 de 29.07.1970, do Presidente desta Assembléia, põe à disposição do (DNAE) pelo prazo de um (1) ano, com ônus - para esta Assembléia o funcionário a que se refere a presente ficha, a partir de 1º de agôsto do corrente ano.

SEGUNDA CULTURAL

ARRASTA-PÉ NO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO

O Plenário da Casa abriu suas portas para o ritmo animado do forró na edição de junho do Projeto Segunda Cultural. A cantora Patrícia Cruz, a Banda Fim de Feira e o cantor Hildebrando Marques e Forró Xamego do Amor garantiram o arrasta-pé, que deu início à programação junina da Casa. Os artistas apresentaram o mais autêntico forró pé-de-serra num repertório que variou entre composições próprias e clássicos de nomes consagrados, como Luiz Gonzaga, Dominguinhos e Trio Nordestino.

Patrícia Cruz abriu a noite e presenteou o público com canções de poetas pernambucanos e paraibanos, como Petrúcio Amorim, Maciel Melo e Miguel Marcondes. Também foram exibidos clipes das músicas *Terra Aliança* e *Canção de Saudade*, que fazem parte dos seus segundo e terceiro CDs, respectivamente.

Na apresentação da Fim de Feira, destaque para a poesia e a literatura de cordel declamadas pelo vocalista Bruno Lins. O grupo, que lançará CD até o final do ano, agitou o Plenário e fez o público dançar ao som de canções de sua autoria e de outros compositores, como Zé Ramalho. "O recital de poesia é o nosso diferencial", explicou Bruno. Formada por seis integrantes, a Banda Fim de Feira está na estrada há dois anos.

"Foi uma noite animada", definiu Hildebrando Marques, gerente de Som da Alepe e integrante do Forró Xamego do Amor. O grupo encerrou a noite com clássicos nordestinos, além de canções próprias. Hildebrando lançou seu primeiro CD no ano passado, durante apresentação no Segunda Cultural. A expectativa do cantor é que o próximo disco seja lançado até dezembro.

O Segunda Cultural acontece na primeira segunda-feira de cada mês e a entrada é gratuita. O projeto é uma iniciativa da Mesa Diretora da Assembléia.

FOTOS: FERNANDO SILVA



Hildebrando Marques e Forró Xamego do Amor (foto acima) e Patrícia Cruz e sua banda (abaixo), foram dois dos três grupos que garantiram a animação do evento

